

UNIÃO MARISTA DO BRASIL. Utopias do Vaticano II: Que sociedade queremos? – Diálogos. São Paulo: Paulinas, 2013. ISBN: 978-85-356-3578-2.

O livro foi feito em mutirão. Apresentado pelo saudoso bispo D. Tomás Balduino, é composto por 12 artigos de vários autores e autoras que acertam ao afirmarem que o Concílio Vaticano II é o maior evento religioso do século XX e que presenteia à Igreja no mundo e no Brasil uma riqueza ainda inexplorada. Há ainda um grande desafio não superado: redescobrir e colocar em prática as grandes intuições contidas nos documentos conciliares, como parte importante da formação humana, em especial a teológica e a pastoral.

Na apresentação, D. Tomás Balduino expõe que o abafamento do Concílio, promovido pela cúpula eclesiástica e acobertado por variados e bonitos nomes, não conseguiu apagar a mecha que continuava a fumar nas bases da Igreja, nem matou o pouquinho de fermento vivo e atuante na massa da realidade do Povo de Deus. O Concílio revolucionou a eclesiologia ao definir a Igreja não mais como hierarquia ou sociedade perfeita, mas como Povo de Deus. A conquista mais fecunda e também a mais polêmica do Concílio foi o Colegiado dos Bispos. Significou a recuperação da figura do bispo segundo o modelo de pastores que não se consideravam delegados de um poder central, mas missionários responsáveis pela sua Igreja local. Segundo D. Tomás Balduino, o que enfraqueceu o Colégio dos Bispos foi o próprio Código de Direito Canônico promulgado pelo Papa João Paulo II em 1983. Contudo, momento novo é a entrada do Papa Francisco, que é sinal de esperança para a imprescindível missão do Povo de Deus.

Em *Decreto Inter Mirifica – Grande conquista do Concílio Vaticano II*, Joana T. Puntel afirma que o tema da comunicação ganhou cidadania e independência na Igreja. O *Inter Mirifica* pode ser considerado um divisor de águas, no universo dos discursos da Igreja, sobre o tema comunicação,

enquanto espaço de evangelização. Contudo, vivemos uma encruzilhada mediante os desafios da cultura midiática, pois a comunicação se apresenta progressivamente como *elemento articulador da sociedade*. É preciso compreender o que significa encontrar-se diante de uma verdadeira revolução tecnológica que exige ir além. Trata-se de atentar para a mudança de processar a comunicação. Exige mudança de mentalidade para estabelecer o diálogo atual entre fé e cultura.

Em *Sendo Cristo a luz dos povos – Considerações sobre a Constituição Dogmática Lumen Gentium*, Antonio José de Almeida apresenta uma breve apresentação da *Lumen Gentium* no contexto do Concílio Vaticano II, anunciado, convocado e inaugurado pelo Papa João XXIII e concluído pelo Papa Paulo VI. Em seguida, destaca os elementos de transição de uma eclesiologia societária – que predominou na Igreja no segundo milênio – para uma eclesiologia comunitária – própria da Igreja do primeiro milênio, sobretudo da Igreja antiga. O Vaticano II, como queria o Papa João XXIII, foi um novo Pentecostes para a Igreja e a *Lumen Gentium* foi uma de suas maiores expressões.

Em *O Capítulo VIII da Lumen Gentium – Maria e a Igreja – Vaticano II hoje por um olhar mariano*, Francisco das Chagas Costa Ribeiro afirma que o capítulo mariano não é um documento conciliar à parte, tampouco um apêndice da *Lumen Gentium*. Essa última não termina no capítulo VII, que é sobre a Igreja Escatológica, nem a mariologia conciliar está à margem do tema Igreja, na forma como essa se apresenta no Vaticano II. Elas se completam e se postulam na redação do texto conciliar.

Em *De esperança em esperança*, Fernando Altemeyer Junior nos lembra de que as palavras-chaves que emergiram no Vaticano II foram: atualização, sinais dos tempos, diálogo, comunhão, participação, liberdade religiosa, liturgia, ecumenismo, Igreja Povo de Deus em marcha, retorno às fontes patrísticas, Igreja local, colegialidade episcopal, laicato adulto e missionário, e mistério pascal celebrado e vivido em comunidade. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* é o

documento derradeiro e mais promissor do Concílio. Gestava algumas novidades da Igreja que se faz diálogo e caminheira com toda a humanidade. Há uma transformação na própria autocompreensão da Igreja, que passa de uma Igreja distinta do povo e das pessoas comuns para uma Igreja conectada e a serviço da humanidade. Essa passagem ocorre mediante a realização de uma reflexão profunda e necessária da noção de pessoa, a superação das visões abstratas e a aceitação da condição humana enquanto progresso, fazendo emergir uma Igreja empenhada na promoção humana. Viver de e na esperança. Sempre!

Em *A Constituição Dei Verbum do Concílio Vaticano II – Olhando para trás para avançar melhor*, Johan Konings argumenta que os textos do Concílio Vaticano II foram concebidos em um contexto específico: o início do fim da Modernidade. A Revelação é entendida como automanifestação e autocomunicação de Deus em Jesus Cristo. Jesus não é um entregador de fórmulas reveladas; ele se entrega a si mesmo como encarnação do amor divino. O contato direto com a Bíblia é só um dos polos da relação hermenêutica; o outro é a vida na realidade de hoje. Bíblia e Vida se iluminam mutuamente. Todos nós devemos voltar à fonte, que é a Palavra viva de Deus, encarnada no meio de nós em Jesus de Nazaré.

Em *Liturgia para a sociedade que queremos – De acordo com o Concílio Vaticano II*, Ione Buyst argumenta que o Concílio Vaticano II colocou decididamente a Igreja no trilho da missão na sociedade, como “fermento na massa”, tendo como perspectiva o Reino de Deus, anunciado e inaugurado por Jesus de Nazaré. A liturgia cristã não é simplesmente um conjunto de práticas religiosas para honrar Deus e, assim, garantir sua proteção. A liturgia é *memória perigosa* de Jesus Cristo, que ensinou e viveu o amor incondicional a Deus e a todas as pessoas, como sinal do Reino que se expande entre nós pelo poder do Espírito de Deus e que visa à transformação, inclusive, das estruturas sociais e políticas. Essas devem garantir a convivência pacífica e gozosa de todos os povos e culturas, em uma *fraternidade universal*. Na prática, onde encontrar liturgias que, de fato, estejam atentas à presença do

Espírito na vida, no mundo e nas relações pessoais e sociais? O que pensar da volta do clericalismo, de curas e promessas, da devoção aos santos e da multiplicação de liturgias, sem incidência na transformação pessoal e social, ou de liturgias feitas *show, teatro ou circo* para atrair o público? O que sobrou da pretendida reforma eclesial e litúrgica do Concílio Vaticano II? Quem será capaz de manter a chama acesa e de reavivar o fogo místico da liturgia e da missão?

Em *Missão como êxodo pascal – Da missa ad gentes à missão intergentes, no mundo contemporâneo de desajustes*, Joachim Andrade explica que a missão, na atualidade, tornou-se uma atividade muito complexa e desafiadora para a Igreja. O missionário deve tirar os sapatos, no processo de ir à cultura do outro. A ordem de tirar as sandálias significa tanto retirar de nós o habitual que nos envolve, como reconhecer que a cultura onde estamos é sagrada. O desafio hoje é: como fazer a tradição cristã interagir em uma forma efetiva e respeitosa com os membros de outras culturas e religiões, em diversos cantos do nosso planeta, sem perder o dinamismo missionário.

Em *Sinais de abertura – Liberdade religiosa, ecumenismo e diálogo inter-religioso*, Faustino Teixeira afirma que o Vaticano II abriu espaço para uma Igreja revivificada, dialógica, com particular atenção pastoral. Com a declaração sobre a liberdade religiosa, o Vaticano II afasta-se dos anátemas de Pio IX e abre um caminho novo na abordagem da dignidade humana, constituindo também base essencial para um olhar mais compreensivo e positivo sobre as outras tradições religiosas. Permanece, como um desafio aberto para a Igreja, a acolhida do pluralismo do princípio. O outro é sempre mistério e enigma, trazendo consigo um *patrimônio espiritual* capaz de enriquecimentos inusitados.

Em *Educação religiosa e juventude*, Hildete Emanuele Nogueira de Souza elabora uma reflexão que remete a uma série de perguntas, entre elas: qual é o nosso entendimento de educação religiosa? Qual é o espaço da educação religiosa? Qual é a juventude que temos, queremos

e formamos? A educação religiosa pode contribuir de maneira significativa para construção do sujeito, favorecendo, valorizando e acolhendo corpos em movimento, vidas partilhadas, belezas diversas, cores, sonhos, expressões e culturas juvenis, diversas linguagens artísticas e, acima de tudo, *jovens cheios do espírito de Jesus*.

Em *Renovação da Vida Religiosa – Relação entre a Vida Religiosa e o laicato pós-Concílio*, Vilma Moreira recorda as ressonâncias do anúncio do Vaticano II nos meios eclesiais e as palavras de João XXIII que a encheram de esperança. O fruto maduro do Concílio: abrir sempre mais novos horizontes para a construção de um futuro de justiça, paz e integridade para todas as pessoas e para o nosso Planeta.

Em *A vocação dos leigos – Uma abordagem na intenção do Decreto Apostolicam actuositatem do Concílio Vaticano II*, Cesar Kuzma reflete sobre a vocação dos cristãos leigos e leigas, decididos a trazer à discussão a sua vocação na Igreja e na sociedade. Leigos e leigas são aqueles e aquelas que estão em maior número dentro do corpo eclesial e que, portanto, devem ser valorizados no que compete à sua vocação e missão. Isso deve ocorrer sem prejuízo a ninguém, mas em vista da comunhão de toda a Igreja, que caminha em missão no horizonte do Reino de Deus; missão essa com a qual todos os cristãos são chamados – como ekklesia – a colaborar. A dimensão de Povo de Deus possibilitou aos leigos o entendimento da sua vocação. O princípio de comunhão deve ser plenamente vivido na Igreja. A vocação dos leigos não é um chamado isolado, mas em conjunto, que está em comunhão e que tem um fim único e um destino comum: Cristo e seu Reino.

Em *A Igreja na América Latina e a “recepção criativa” do Concílio Vaticano II*, Agenor Brighenti argumenta que dois fatores foram decisivos para que o Vaticano II fosse recebido tão rapidamente e de modo tão original e próprio. O primeiro deles foi a ativa participação dos bispos da América Latina, não tanto nas sessões do Concílio, mas nas inúmeras conferências promovidas sobre a temática em questão, por ocasião das quatro sessões de trabalho em Roma. O segundo fator, ainda

mais decisivo para que o Vaticano II fosse recebido tão rapidamente e de modo tão original e próprio na América Latina, foi a realização da Conferência de Medellín (1968). A importância de *Medellín* se deve ao fato de os bispos da América Latina terem acolhido as propostas do Vaticano II, encarnando-as no contexto do subcontinente, marcado pela injustiça e pela pobreza. A renovação do Vaticano II dá origem à *tradição libertadora latino-americana*, fruto de desdobramentos das intuições e dos eixos fundamentais do Concílio, em um contexto marcado pela injustiça e exclusão.

Concluo que as utopias do Vaticano II ainda estão presentes e são mais do que necessárias. Que sociedade queremos? Uma sociedade que não seja racista, fundamentalista, fanática e que não discrimine ninguém. Queremos uma sociedade que seja samaritana, que respeite, dialogue, vá ao encontro do que é *diferente* e na qual leigos e leigas sejam de fato protagonistas e, não, meros coadjuvantes. O Concílio Vaticano II é uma jovial proposta para manter viva a tradição libertadora latino-americana, que nos chama a uma postura de coragem, persistência e docilidade, bem como a seguir em frente no *aggionamento* querido por São João XXIII. Somos convocados a reviver, retomar e revitalizar a proposta conciliar à luz da contemporaneidade.

Emerson Sbardelotti *

* Doutorando e Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.